

NARRATIVA SOBRE A EXPERIÊNCIA COM A IMPLEMENTAÇÃO DO REPOSITÓRIO DIGITAL TAINACAN, NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Jéssica Tarine Moitinbo de Lima¹
(Universidade Federal do Pará-UFPA)

RESUMO: Pensar na gestão de Espaços Culturais sem pensar nas possibilidades de implementação dos benefícios informacionais é virtualmente impossível. Aqui, traça-se uma narrativa sobre a experiência da Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército no processo de implementação do repositório digital de bens culturais, Tainacan, no Museu Histórico do Exército/Forte de Copacabana, entre os anos de 2018 e 2022. Visa-se demonstrar os diagnósticos, avanços e resultados alcançados com a gerência documental dos bens culturais a nível nacional dentro do Sistema de Cultura do Exército Brasileiro. Para alcançar este objetivo, metodologicamente serão demonstrados aqui as discussões em torno da escolha de metadados, a construção do tesouro militar terrestre, o processo de revisão das informações pertinentes as fichas catalográficas do museu usado como fonte do estudo inicial e o processo de fotografia dos acervos. Mostra-se que o processo de implementação de um repositório digital é uma iniciativa moderna capaz de auxiliar na visibilidade de uma instituição, democratizando a informação por meio do acesso a seus bens culturais, aproximando o público do patrimônio militar brasileiro. Permite-se então refletir e acrescentar propostas as pautas das discussões de profissionais de diversas áreas, aprimorando a organização, o controle e a gestão de um acervo, ampliando a difusão de informações sobre estes bens. Dando um primeiro passo na criação de políticas públicas que viabilizem o acesso e a preservação do patrimônio público.

Palavras-chave: Gestão de Acervo. Documentação Museológica. Tainacan. Patrimônio Militar. Repositório digital.

A NARRATIVE ON THE BRAZILIAN ARMY'S EXPERIENCE WITH THE TAINACAN DIGITAL REPOSITORY'S IMPLEMENTATION

ABSTRACT: *It is nearly impossible to consider Cultural Space management without contemplating the possibilities for implementing informational benefits. A narrative is presented here about the Army's Diretoria de Patrimônio Histórico e Cultural do Exército experience in implementing the Tainacan digital repository of cultural assets at the Museu Histórico do Exército/Forte de Copacabana between 2018 and 2022. The aim is to demonstrate the diagnoses, advances, and results obtained with the document management of cultural assets at the national level within the Sistema de Cultura do Exército Brasileiro. Methodologically, the discussions surrounding the choice of metadata, the construction of the terrestrial military thesaurus, the process of reviewing the information pertinent to the catalog files of the museum used as a source of the initial study, and the process of photographing the collections will be evidenced here. It is demonstrated that the process of establishing a digital repository is a modern initiative capable of increasing an institution's visibility, democratizing information through access to its cultural assets, and bringing the public closer to Brazil's military heritage. It is then possible to reflect on and add proposals to the guidelines for discussions by professionals from various fields, improving collection organization, control, and management, and expanding information dissemination about these assets. Taking the first step toward developing public policies that facilitate access to and preservation of public assets.*

Keywords: *Collection Management. Museum Documentation. Tainacan. Military Heritage. Digital Repository.*

¹ Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências da Arte. Rua Augusto Corrêa, 01 – Guamá. CEP 66075-110. Tel. (91) 3201-8979. <https://orcid.org/0000-0002-2481-1225>, jessicatarine@ufpa.br

NARRATIVA SOBRE A EXPERIÊNCIA COM A IMPLEMENTAÇÃO DO REPOSITÓRIO DIGITAL TAINACAN, NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Introdução

O processo de digitalização dos conteúdos culturais pode ampliar exponencialmente a visibilidade e o alcance da influência do trabalho de preservação e difusão desenvolvido na instituição. Entretanto, esta ‘transformação digital’ nas instituições culturais apresenta desafios ímpares de implementação e sustentabilidade (MARTINS, 2020).

A quantidade de conteúdo produzido em plataformas online exige hoje a organização destes materiais para uma recuperação efetiva da informação. Considerando a quantidade e a qualidade da informação é imperativo a gestão da informação de forma eficaz utilizando das tecnologias de informação e comunicação existentes (SOUSA, 2020). O paradigma digital tem impacto direto nos espaços museológicos e em seus públicos, de forma que a resposta adequada perpassa pela produção de novas linguagens e práticas, além da eficiente assimilação das ferramentas digitais (MARTINS, 2020).

Os repositórios digitais surgem como uma solução para esta questão. Eles podem ser compreendidos como sistemas de informação abertos e interoperáveis destinados à gestão da informação, capazes de armazenar arquivos de diversos formatos, constituindo-se em vias alternativas de comunicação científica e divulgação (SOUSA, 2020; TORINO, 2017). Eles também possuem a função de garantir a preservação e a possibilidade de compartilhamento de metadados por meio de protocolos (SOUSA, 2020; MARTINS et al., 2017).

A implementação de um repositório digital é um processo que requer alto planejamento. Este procedimento deve atender não apenas as demandas da instituição mas também estar respaldado por uma equipe preparada para estruturar a base de dados de forma com que o usuário consiga navegar, buscar encontrar o que deseja (SOUSA, 2020).

Dentro dos mais diversos benefícios da implementação de um repositório digital estão a promoção ao acesso à produção cultural e intelectual de uma instituição. Eles visam mais do que o depósito de bens culturais digitais, eles permitem a preservação do conhecimento, tomando-os acessíveis à sociedade, além de preservar a memória da instituição e contribuir para aumentar a visibilidade da mesma.

A digitalização dos acervos surge como uma solução ao acesso da sociedade ao seu patrimônio. No Brasil, é comum que os visitantes não tenham acesso a grande parte das coleções que permanecem durante muitos anos nas reservas técnicas, raramente sendo expostos. A digitalização e a disponibilização na internet

das coleções museológicas possibilitam que um número maior de pessoas tenha acesso às informações geradas, processadas e salvaguardadas nos museus (MARTINS, 2020). De forma que sana-se um grande embate das políticas museológicas atuais, afinal “Só se protege o que se ama, só se ama o que se conhece” (MAGALHÃES, 1997, p. 190).

A proposta de implementação da ferramenta Tainacan no Exército Brasileiro, a ser descrita no decorrer do texto, foi sensibilizada pelo fortalecimento das iniciativas voltadas para a digitalização de acervos culturais por outras instituições, como o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Para melhor visualizarmos estas mudanças vale destacar os marcos regulatórios do campo museológico, dentre eles a Política Nacional de Museus (BRASIL, 2007, 2003), lançada em maio de 2003, que apresenta em uma de suas diretrizes a premissa de democratização do acesso aos bens culturais, estabelecendo princípios orientadores em eixos programáticos, dentre os quais a Informatização de Museus. Seis anos após, a portaria nº 11.904, de 20 de janeiro de 2009, instaurou o Estatuto de Museus, com que tornou-se obrigatória a manutenção da documentação museológica dos acervos atualizada e compatível com o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados (OLIVEIRA; FEITOSA, 2021).

A missão da preservação e difusão do patrimônio brasileiro

A Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX) é uma Organização Militar vinculada ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), mostrando uma sincronia no trato do patrimônio e da educação. Sua missão, como instituição, é preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural do Exército Brasileiro. Desde sua criação, a DPHCEX precisou se reinventar e ampliar suas práticas para com o patrimônio militar de caráter histórico e cultural, o que motivou a seus gestores a procura por ferramentas de gerenciamento dos acervos com o objetivo de promover uma reflexão sobre o papel da Diretoria na preservação e difusão da memória institucional. Por exemplo, o papel da sociedade, cada vez mais participativa, é um dos objetivos estratégicos atuais a serem alcançados.

Compreende-se o patrimônio militar como parte do patrimônio nacional. É o legado que justifica a grandeza da instituição, pois lhe confere, ao humanizá-la, o que ela nunca deixou de ser: o espaço onde os homens e mulheres exercem o ofício da defesa da nação brasileira. Este patrimônio que pode ser material ou imaterial incluído na missão da DPHCEX é de interesse amplo e irrestrito, estando inexorável aos Espaços Culturais (EC) sob tutela das Organizações Militares (OM), pois representam a história da defesa, da segurança e da soberania nacional.

A DPHCEX é o órgão consultivo e normativo do Sistema Cultural do Exército (SCEX). A estrutura multidisciplinar e ampla do SCEX requisita por um sistema do tipo integrado. O gerenciamento integrado

não necessariamente é prerrogativa de integração de todas as ações sob um mesmo prédio ou local, grupos de trabalho podem ser integrados de forma virtual, agregando coleções e instituições em locais e até em estados diferentes. A principal ferramenta utilizada de gerenciamento integrado, hoje em dia, são os bancos de dados integrados que podem coexistir em diversas coleções, seu gerenciamento é feito levando em consideração regras e profissionais que atuam mutuamente sobre eles, mas não necessariamente em um mesmo local físico (LIMA, 2021).

Compreende-se a gestão integrada de acervos como um conjunto de estratégias e procedimentos adotados no âmbito de uma instituição responsável pela salvaguarda com o objetivo de dinamizar e qualificar fluxos de trabalho e disseminação de informação (MONTEIRO; BEVILACQUA, 2011). Algumas ações no campo da gestão integrada, seja por meio de Redes, Sistemas ou Bancos de Dados dependem de práticas solidificadas anteriormente, tais como o inventário, devem sempre preceder a estruturação de um banco de dados. Não se deve deixar de investir nestas soluções sem pensar nos passos iniciais e vice e versa (LIMA, 2021).

Os EC dentro das OM atuam para além de simples depositários. Eles salvaguardam a identidade expressa não só na permanência da Força Terrestre, ao longo da história nacional, bem como a essência do espírito de corpo, transposta no patrimônio imaterial. Assim como nos museus tradicionais, a valoração dos bens culturais é atribuída por meio de processos museológicos.

Estes espaços museológicos não são poucos e contam com uma equipe capacitada, no campo do patrimônio, reduzida ou nula. Hoje existem mais de 150 Espaços Culturais militares homologados por toda a extensão territorial brasileira, com suas mais diversas características. A portaria nº 1.030, de 11 de outubro de 2013 define algumas tipologias para Espaços culturais no âmbito do Exército Brasileiro: I - Casa Histórica; II – Memorial; III – Monumento; IV - Museu Militar; V - Parque Histórico; VI - Sala de Exposição; VII - Sala de Troféus; e VIII - Sítio Histórico (BRASIL, 2013). Seja qual for sua tipologia, os processos de preservação, em particular de documentação, são requisitos para uma legítima gestão dos acervos.

Deve-se pensar na preservação como um grupo de atividades com o objetivo de garantir a integridade ou perenidade de um ou mais bens. A preservação não possui um aspecto único, esta representa um conjunto de ferramentas e ações executadas por quem lida com as coleções diariamente, direta ou indiretamente. A preservação pode ser entendida como um “guarda-chuva” de atividades cuja ação visa garantir a integridade ou permanência de um ou mais objetos culturais (LIMA, 2021; PINHEIRO; GRANATO, 2012). Dentro deste conjunto está a divulgação, segunda atividade presente na missão da DPHCEX.

Qualquer cadeia de decisões que leve à divulgação do acervo em formato digital para a sociedade deve considerar algumas perguntas: por que digitalizar? Como digitalizar? Como documentar o acervo digital? Como disponibilizar o acervo digital para a sociedade? (MARTINS, 2020). Ficou claro para os gestores do patrimônio militar que a necessidade de digitalização ia para além do benefício da recuperação da informação e da integração das informações a nível nacional, considerou-se também que a digitalização dos bens culturais permitiria a Instituição alcançar partes da sociedade que até então não haviam se beneficiado das políticas patrimoniais existentes até o momento. As outras duas perguntas, que tangem os aspectos práticos e técnicos deste processo, foram sanadas pela existência do Tainacan, a ser desvendado nos próximos tópicos.

Visando o gerenciamento integrado do patrimônio contido nestes locais e a função basilar da DPHCEX (preservação e divulgação) foi proposta a possibilidade de implementação do repositório digital Tainacan. Sousa (2020) afirma que este tipo de processo é difícil de colocar em prática, mas que dentre os benefícios está a alimentação da rede de acesso aberto, o aumento do acesso da sociedade à pesquisas e outras produções e a preservação das informações institucionais garantindo a memória da instituição.

O projeto Tainacan

A ferramenta Tainacan, desenvolvida inicialmente pela Universidade Federal de Goiás (UFG), e hoje estabelecida na Universidade de Brasília (UnB) é uma plataforma online para a criação de repositórios digitais e difusão dos acervos culturais, desenvolvida em *WordPress* como uma solução tecnológica livre (*open source*), que permite a gestão e a publicação de coleções digitais de forma fácil e mantendo os requisitos necessários a uma plataforma profissional para repositórios (Oliveira; Feitosa 2021). Ele possibilita a criação de um repositório de fácil utilização, configuração e implementação, se tornando uma alternativa livre e eficiente para instituições culturais que tenham por objetivo implementar repositórios temáticos e institucionais (MARTINS et al., 2017; MARTINS, 2020).

O processo de construção de um repositório digital é complexo e demanda extrema organização da instituição e da equipe (SOUSA, 2020). A instrumentalização de regras para a movimentação do acervo visando o controle de acesso, a preservação e a conservação preventiva são pressupostos da DPHCEX, que participa ativamente da construção da Política para Gestão dos Bens Culturais do Exército Brasileiro, instrumento fundamental no amparo aos trabalhos desenvolvidos pela Diretoria. Com esse objetivo foi enviado uma Comitiva da DPHCEX ao Lançamento do Tainacan no Museu do Índio em 2018, para conhecer melhor a plataforma e verificar a aplicabilidade da mesma no SCEX.

Após deliberação interna, ficou estabelecido que a ferramenta atendia tanto às expectativas de documentação dos bens culturais como às de gestão desse acervo pela DPHCEX. Para tanto, foi solicitada à seção de Assuntos Jurídicos que procedesse com os tramites para confecção de um Termo de Cooperação

entre a UNB e o Exército Brasileiro. Pode-se considerar que as tratativas efetivas, para trabalho cooperativo entre as equipes, iniciaram-se após apresentação feita para Comitativa da DPHCEX na UnB entre os dias 05 e 06 de dezembro de 2018. Foi assim que iniciou-se a parceria da DPHCEX com a UnB, para estudos de viabilização de implantação da ferramenta Tainacan, de forma customizada para a instituição.

A implementação do Tainacan no Exército Brasileiro surgiu de duas necessidades complementares: A demanda pela gestão integrada dos bens culturais a nível nacional, por parte da DPHCEX, e a necessidade de tornar estes acervos acessíveis a sociedade, uma vez que o patrimônio aqui preservado é público.

O Tainacan possibilitará, entre outras funções, o levantamento da situação de qualquer bem cultural, a qualquer tempo, dispostas nos Espaços Culturais militares espalhados por todo o território nacional, com emissão de relatórios e cruzamento de informações, além da possibilidade de filtros para identificação, por exemplo, da condição de um item e da necessidade de aplicação de medidas de caráter preventivo ou corretivo (DORESTE, 2018).

O trabalho em rede faz parte de uma estratégia de políticas de gestão para coleções. É um dos objetivos do gerenciamento integrado a potencialização de recursos e geração de valor, respeitando a diversidade das coleções, viabilizando assim a preservação e o acesso à sociedade, coordenando gestões autônomas, promovendo a valorização do patrimônio e preservando a identidade de cada coleção (LIMA, 2021).

Neste modelo de gestão integrada, torna-se cada vez mais claro os benefícios do trabalho multidisciplinar, em detrimento do trabalho individual isolado. Este modelo organizacional em rede representa uma revisão do conceito de cidadania em pleno exercício de sua capacidade criativa e de articulação. As redes promovem a institucionalização dos sistemas de parcerias (ALVES, 2012). Os sistemas de documentação devem ser considerados tão vultosos quanto os próprios acervos, devido à sua funcionalidade de memória desses bens e das coleções como um todo.

A disponibilização do banco de dados em meio virtual é uma ação de preservação e segurança essencial, para manutenção do seu papel da coleção na sociedade. É fundamental em um banco de dados que o princípio da interoperabilidade seja observado, visando a integração eficaz entre as diferentes plataformas já existentes. A interoperabilidade pode ser compreendida como um conjunto de mecanismos de mediação que torna possível a comunicação entre diferentes sistemas, sendo eles informatizados ou não (MARTINS; SILVA; CARMO, 2018). Uma vez que diversas coleções tendem a usar diferentes plataformas, sistemas e bancos de dados, pensar na integração destes é vital para evitar o retrabalho.

Dentre todas as atividades envolvidas na implementação do Tainacan podemos listá-las abaixo, de forma que elas podem ter ocorrido em simultaneidade:

1. Conhecimento dos benefícios e possíveis problemas, principalmente técnicos, que poderiam aparecer no decorrer do projeto;
2. Nomeação de equipe técnica responsável pelo projeto;
3. Revisão e discussão sobre a elaboração de uma ficha catalográfica única para todos os Espaços Culturais do Exército;
4. Reconhecimento da necessidade de um vocabulário controlado e confecção de um Tesouro museológico militar terrestre;
5. Escolha do local para aplicação teste;
6. Revisão superficial das fichas catalográficas do local teste;
7. Digitação das fichas, antes existentes apenas em meio físico;
8. Correção e validação das informações digitais dos bens culturais;
9. Fotografia do acervo;
10. Elaboração de conteúdo para a página de divulgação do Tainacan; e
11. Confecção e implantação de uma política de uso do repositório digital a nível nacional.

Um sistema de informação depende da organização das informações. O CIDOC-ICOM afirma que tal normatização deve ocorrer por meio dos sistemas de informação – funcionalidades básicas do sistema; das normas de dados: campos – forma como os conteúdos devem ser inseridos nos campos e o vocabulário padronizado; das normas de procedimentos; e das normas de intercâmbio de informação (MATOS, 2007; ALVES, 2012). Tais informações, uma vez normatizadas e inseridas neste tipo de plataforma pode ser conectada a um sistema de gerenciamento automatizado, possibilitando a interligação de coleções e metadados em diferentes níveis (ALVES, 2012).

O Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana

Antes de adentrarmos aos pormenores da implementação da ferramenta de gestão e documentação, faz-se necessário conhecer a instituição para o qual a mesma estava sendo pensada. Após constatar que o Tainacan era a ferramenta ideal para as necessidades da DPHCEX e dos Espaços Culturais do Exército Brasileiro, foi feito um estudo de viabilidade nos Espaços Culturais militares do Rio de Janeiro, visando elencar qual seria o melhor local para implementar o Tainacan como um projeto piloto. Essa experiência permitiu que se verificasse na prática como o Tainacan responderia às especificidades de um espaço cultural militar, além de iniciar uma metodologia de trabalho que será replicada nos outros espaços culturais.

O Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana (MHEx/FC) é o Espaço Cultural de maior representatividade da Força Terrestre. Ele está sediado no Rio de Janeiro, mesmo local da DPHCEx, responsável por gerir todo acervo material e imaterial do EB. A afinidade do local permite o contato direto com o processo a ser instaurado durante a implantação do Tainacan. No MHEx/FC estão presentes a maior diversidade de tipologia de acervos, sendo este o detentor da maior coleção museológica dentro da Força. Tal diversidade permite testar de forma mais eficiente a operabilidade do sistema proposto, tais como: se os campos de metadados são compatíveis à realidade dos Espaços Culturais, se a estrutura hierárquica do tesouro museológico do Exército Brasileiro contempla todas as tipologias de acervos possíveis, e se a metodologia de aplicação é adequada aos atores envolvidos no processo.

O Termo de execução descentralizada firmado entre o Exército Brasileiro, por intermédio da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército e a Universidade de Brasília dividiu em 06 metas a implementação do Tainacan, sendo elas as principais: a pesquisa de diagnóstico museológico, que consistiu em uma pesquisa visando à realização de diagnóstico museológico para avaliação das condições e práticas de organização da informação e documentação dos acervos do MHEx/FC; o estudo analítico para proposição de modelo conceitual semântico; o tratamento técnico da documentação museológica, por meio da análise dos requisitos e desenvolvimento de algoritmos computacionais; e a capacitação da equipe da DPHCEx.

Entender em que estágio de maturidade tecnológica está a instituição museológica na qual se aplicará o projeto foi o primeiro passo para traçar a estratégia de como disponibilizar as coleções institucionais na internet. O objetivo desse diagnóstico é conhecer e avaliar os acervos e as práticas de gestão, organização e representação da informação das coleções do MHEx-FC; incluindo os acervos e as práticas tecnológicas de digitalização e organização de objetos digitais, com vistas a propor um diagnóstico da maturidade tecnológica do Museu. Foram analisados os seguintes itens: (1) Caracterização da instituição; (2) Gestão da informação; (3) Recursos humanos; (4) Infraestrutura TI; (5) Mídia e comunicação; (6) Gestão Institucional; e (7) Governança.

O diagnóstico foi realizado pela equipe do Tainacan (UnB) tendo como meta levantar e conhecer o estado atual sobre os recursos existentes e sobre os processos já instituídos no MHEx-FC, no que se refere à digitalização e à gestão da informação de acervos. Esse processo foi realizado por meio de reuniões virtuais, em virtude da pandemia, entre o gestor e a museóloga do MHEx-FC, os responsáveis pela implementação do projeto Tainacan, da DPHCEx e a equipe do Tainacan (UnB). Oliveira e Feitosa (2021) relatam alguns dos problemas comuns encontrados nos resultados da aplicação do diagnóstico no IBRAM:

O trabalho identificou questões que são comuns nos museus brasileiros e que dificultam a difusão dos acervos nas instituições museais. Destacam-se alguns pontos que são recorrentes: Carência de profissionais qualificados para atuarem na documentação museológica; Falhas na documentação: sistema de numeração com erros e duplicidade, coleções sem registro, falta de informação sobre aquisição, gerando incerteza se objeto é propriedade do museu, entre outras; Pouca informação sobre os itens. Alguns museus possuem apenas uma lista com o mínimo de dados; Divergência de informações. Em alguns casos, os técnicos utilizam mais de uma fonte para pesquisar sobre o acervo, havendo dados diferentes sobre o mesmo item o que provoca insegurança sobre as informações; Baixa qualidade das imagens. Situação presente em quase todos os museus. Os registros feitos, em sua maioria, têm a finalidade de uso interno para a identificação do objeto, sendo realizada pelos próprios profissionais sem equipamentos adequados (OLIVEIRA; FEITOSA 2021, p. 81).

Os resultados do MHEX-FC não diferiram muito dos encontrados no IBRAM. A partir destes, foi possível conhecer o nível de maturidade tecnológica do museu, entender quais são os caminhos para melhorar as práticas em direção à digitalização e à disponibilização dos acervos na internet. Muito do que foi relatado nesta pesquisa será utilizado como ponto de melhora no próprio plano museológico e gestor da instituição.

Inventário e Documentação iniciais

Antes mesmo de se instalar o Tainacan, faz-se necessário revisar os procedimentos de inventário e documentação da instituição. A gestão de acervos assume, prioritariamente, uma função museológica central, condição básica para qualquer projeto de desenvolvimento de um espaço que terá como atividade fim a tutela e a exposição de um patrimônio histórico e cultural. Deve-se minimamente, deter os conhecimentos relativos ao controle das suas coleções e conhecer a localização e o estado de todos os objetos, os procedimentos para avaliação periódica do estado dos mesmos, bem como para a sua manutenção geral e específica.

A acessibilidade e a preservação devem estar em conformidade com padrões técnicos nacionais. Coleções, grandes ou pequenas, demandam inventário, conservação, documentação, exposição, acesso. Etapas de uma gestão feita de forma técnica, integrada, ética e sustentável, com compromisso de qualidade e de transparência com a instituição e com o público.

Em 24 de novembro de 2004, foram aprovadas as Normas para a preservação e difusão do Patrimônio Cultural do Exército Brasileiro, por meio da Portaria nº 114, de 24 de novembro de 2004. Esta normativa apresenta diversos capítulos, dentre eles: preservação de bens culturais; conservação de objetos; planejamento e montagem de exposição; museus militares; controle do acervo e segurança. As Normas aqui

citadas consistem num conjunto de instruções claras e precisas com o objetivo de uniformizar os procedimentos relativos à preservação, à exposição e à segurança do acervo (BRASIL, 2004).

A Portaria nº 114, de 24 de novembro de 2004, elucida algumas dúvidas no que tange a como registrar um bem ao adentrar na coleção, as formas de aquisição possíveis no Exército Brasileiro e escreve muito superficialmente sobre a necessidade de uma política de aquisição. Entende-se que como esta atividade sempre esteve ligada diretamente aos profissionais técnicos já capacitados, as normativas não se debruçavam muito sobre estas temáticas.

O gerenciamento dos acervos militares é feito através do sistema de registro e catalogação: inventário, fichas catalográficas e base de dados (em alguns casos). Majoritariamente o controle até 2019 era feito de forma manual sem a utilização de um sistema digital de registro de forma padronizada.

A Portaria nº 076-DECEX, de 29 de maio de 2014, descreve que dentre os itens necessários para solicitação da homologação do Espaço Cultural está o envio de um inventário “Relação do acervo existente” (BRASIL, 2014). A princípio a listagem exibe seis itens a serem preenchidos, entretanto, constatou-se que nos 3 anos o preenchimento do inventário tende a chegar com falhas técnicas.

ANEXO C

RELAÇÃO DO ACERVO EXISTENTE

OM:.....
DENOMINAÇÃO DO ESPAÇO CULTURAL:.....

Nr	Quantidade	Descrição do acervo	Fabricante/Ano	Referencial histórico	Dimensão
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)

Outras informações julgadas importantes:.....

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DOS CAMPOS:

- (a) - numeração sequencial 1, 2, 3, ...;
- (b) - registrar a quantidade de objetos da mesma especificação;
- (c) - identificar o objeto de acordo com o nome técnico científico e/ou descrevê-lo sucintamente;
- (d) - identificar o fabricante ou autor do objeto e datar sua fabricação e/ou produção;
- (e) - quando for o caso, identificar um fato histórico no qual o objeto tenha relação temporal;
- (f) - especificar a dimensão em centímetros do objeto. Quando for o caso de um objeto tridimensional especificar altura, largura e comprimento (a, l, c).

EXEMPLO:

Nº	Quantidade	Descrição do acervo	Fabricante/Ano	Referencial histórico	Dimensão
01	01	Diário de um soldado da Guerra do Paraguai	Brasil/1867	Guerra da Tríplice Aliança	3cm x 15cm x 25 cm

Outras informações julgadas importantes:.....

Fig. 1 – Anexo C (BRASIL, 2004)

Dentre os problemas mais comuns está a caracterização do bem cultural, por si só. A Portaria 1030/2013 define como bem cultural “qualquer bem que tenha sido expressamente designado pelo Estado como importante para a arqueologia, a pré-história, a literatura, a arte ou a ciência” (BRASIL, 2013, art.6, parágrafo II). Entretanto, não é estranho encontrar itens de expografia listados junto aos bens culturais. A legislação de 2014 também não previa uma forma padronizada de envio das imagens relativas a estes bens culturais, o que na maioria dos casos dificultava a identificação do mesmo.

O inventário aqui descrito é muitas das vezes o único documento oficial que o Espaço Cultural possui e mantém junto a DPHCEX, a título de controle. No que tange a obrigatoriedade de uma documentação museológica nos acervos, estas estavam restritas apenas aos quatro museus militares, por serem os únicos com equipe técnica interdisciplinar capacitada para realizar ou supervisionar a ação.

“Nos repositórios, os metadados possuem grande influência na busca que o usuário irá fazer para recuperar uma informação. Como já visto, definir os metadados que irão descrever os materiais é um dos

passos a serem dados para a construção de uma coleção dentro do repositório” (SOUSA, 2020, p. 23). O que antes existia em meio à catalogação de forma manual, hoje, com a tecnologia, se transforma em esquemas de metadados que segundo Pavão et al. (2015), garantem a busca eficiente, acesso e recuperação de recursos de informação no ambiente digital.

Uma ficha catalográfica para espaços culturais diversificados deve conter uma série de informações que por vezes é pertinente para uns e não para outros. Considerando que os museus militares são os espaços museológicos que poderiam exigir maior número de informações em sua documentação, foi realizada a análise das fichas usadas atualmente dos quatro museus militares. Em síntese, o processo resultou em uma ficha completa. Ao finalizarmos a montagem daquilo que seria a ficha catalográfica museológica para bens culturais móveis e imóveis da Força Terrestre, ficou ainda em aberto a questão de se a nossa metodologia conseguia conversar com outras plataformas.

A interoperabilidade é um dos objetivos a serem alcançados na implementação do Tainacan. A equipe da UnB nos sugeriu a utilização do Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados (INBCM) regulamentado pelo Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, como base, este instrumento está previsto na Política Nacional de Museus (BRASIL, 2007; 2003) e no Estatuto de Museus (BRASIL, 2013b). O INBCM é um instrumento de inserção periódica de dados sobre os bens culturais musealizados que integram os acervos museológico, bibliográfico e arquivístico dos museus brasileiros, para fins de identificação, acatamento e preservação, previstos na Política Nacional de Museus (BRASIL, 2013b).

De forma que, como mostra o quadro abaixo foram ainda necessários realizar alguns ajustes para assegurar a interoperabilidade dos campos de metadados da ficha inicial de inventário para esta mesclada com o INBCM.

Nossa Ficha	Metadado	Descrição do Metadado para o INBCM	Publicidade	Origem do metadado
Igual	Número de registro	Registro individual definido pelo museu para identificação e controle do objeto dentro do acervo.	Público	INBCM
Igual	Outros números	Registro de numerações anteriores e demais números atribuídas ao objeto, tais como números antigos e números patrimoniais.	Público	INBCM
(INCLUIR)	Situação	Indicação sobre a situação em que se encontra o objeto, o seu status dentro do acervo do museu, com a marcação das opções: 1- localizado; 2 - não localizado; 3 - excluído.	Público	INBCM
Nome do objeto	Denominação	Informação do nome que identifica o objeto.	Público	INBCM

Igual	Título	Informação da denominação dada ao objeto atribuído pelo autor, curador ou pelo profissional da documentação.	Público	INBCM
Igual	Autor	Informação do nome do autor do objeto (individual ou coletivo).	Público	INBCM
Classe	Classificação	Informação da classificação do objeto segundo o "Thesaurus para Acervos Museológicos" ou outros vocabulários controlados.	Público	INBCM
Descrição Física	Resumo descritivo	Informação do resumo da descrição textual do objeto, apresentando as características que o identifique inequivocamente e sua função original.	Público	INBCM
Igual	Dimensões	Informação das dimensões físicas do objeto, considerando-se as medidas bidimensionais (altura x largura); tridimensionais (altura x largura x profundidade); circulares (diâmetro x espessura) e peso.	Público	INBCM
Igual	Material / Técnica	Informação dos materiais do suporte que compõem o objeto e a técnica empregada na sua manufatura.	Público	INBCM
Igual	Estado de Conservação	Indicação do estado de conservação em que se encontra o objeto na data da inserção das informações. Considerar as opções: Bom, Regular e Ruim.	Público	INBCM
País de Origem	Local de produção	Informação da indicação geográfica do local onde o objeto foi confeccionado.	Público	INBCM
Data de fabricação	Data de produção	Informação da data ou período de confecção/produção/manufatura do objeto.	Público	INBCM
(INCLUIR)	Condições de reprodução	Informação para descrever as condições de reprodução do objeto, indicando se há alguma restrição que possa impedir a reprodução/divulgação da imagem do objeto nos meios ou ferramentas de divulgação.	Público	INBCM
(INCLUIR)	Mídias relacionadas	Informação acerca da inserção de arquivos de imagem, sons, vídeos e/ou textuais relacionados ao objeto.	Público	INBCM

Quadro 01 – Demonstração do planejamento para interoperabilidade por meio da adoção do INBCM.

Fonte: Anotações de trabalho da museóloga Jéssica Tarine.

Além da padronização dos nomes dos campos indicados na tabela, foram adicionados três novos campos (Condições de reprodução; Mídias relacionadas; e Situação). “São muitos os benefícios na adoção de um padrão para a documentação museológica dentre os quais a possibilidade dos museus “falarem uma mesma língua”, realizarem intercâmbio de informações, além de permitir a busca integrada dos dados (OLIVEIRA; FEITOSA, 2021, p. 75)”.

O Tesouro Militar Terrestre

Um dos objetivos do Tainacan era que ele dessa conta da diversidade de Espaços Culturais existentes no Sistema Cultural do Exército. O Brasil é vasto em território, linguagem e cultural. Por vezes o

mesmo objeto pode ter vários termos dependendo da região que está realizando a documentação. Por isso, foi necessário adotar medidas para criação de um tesouro militar terrestre que desse conta do vocabulário utilizado no sistema e da unificação das fichas catalográficas dos quatro museus militares.

Para garantir um bom funcionamento da ferramenta e uma recuperação da informação de qualidade faz-se necessário construir e adotar um Tesouro Museológico, visando o controle de vocabulário. O Tesouro é uma importante linguagem documentária para os sistemas de informação dos museus brasileiros, ao buscar classificar, conceituar e nomear objetos existentes em seus acervos. Segundo Ferrez (2016), Tesouro:

é um conjunto de conceitos, designados termos ou descritores, ordenados de modo claro e livre de ambiguidades, a partir do estabelecimento de relações entre eles, e que pode ser definido segundo sua função ou estrutura. Do ponto de vista de sua função, é um instrumento de controle terminológico adotado por sistemas de informação para garantir maior precisão na indexação/recuperação de informações. Quanto à sua estrutura, é uma linguagem documentária cujos termos representam um único conceito ou ideia, e se relacionam semântica e logicamente. Em resumo, cada termo corresponde apenas a um conceito e ao conceito não se atribui mais de um termo. Cada termo tem um único significado e designação (FERREZ, 2016, p.7).

Observou-se que os tesouros museológicos em vigor possuem abrangência limitada à área de atuação militar, pois diversos dos vocabulários não dão conta do universo bélico. O Tesouro de objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros não preenche tais requisitos, ensejando a sugestão de elaboração de um novo tesouro. Feita essa consideração, reconhece-se, de início, que uma linguagem adotada em um sistema de recuperação deve ser consistente no que tange à representação da informação de seus documentos e às demandas de seus usuários.

Visualizando as ações de gestão e preservação do Patrimônio Militar Brasileiro foi fundamental a cooperação entre as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) para montagem de um Tesouro de caráter museológico militar. Essa cooperação proporcionou um significativo aumento de conhecimento para a área cultural militar. A confecção de um Tesouro de qualidade afetará diretamente na recuperação das diversas tipologias de informação (museológica, historiográfica, cultural, dentre outros) nos acervos militares por parte de seus usuários.

É no âmbito de inovação e aprimoramento das práticas e ferramentas de gestão museológica que se propôs através da cooperação entre as três Forças Armadas, a confecção de um Tesouro Museológico Militar, que serviria como base para futuras ações de cooperação neste âmbito, permitindo que outras áreas ligadas à Cultura possam se beneficiar do controle de vocabulário e do aprimoramento da recuperação da informação, fomentando assim pesquisas sobre nossos acervos e nossa história.

Devido às restrições impostas pelo COVID-19 e a necessidade de agilizar o projeto Tainacan, ficou acordado que tanto a Marinha e a Aeronáutica, que já possuíam seus Tesouros Museológicos, iriam disponibilizá-los para que o Exército pudesse realizar a integração. Nesta perspectiva foi então finalizado o Tesouro Museológico Militar Terrestre que será incorporado ao Tainacan.

A construção deste novo tesouro também levou em consideração as particularidades existentes nos bens culturais do EB, dentre elas ressalta-se o item armamento que envolveu pesquisa junto as unidades responsáveis pela padronização do armamento usado no Exército Brasileiro.

Revisão das fichas catalográficas do MHEX-FC

Uma vez que a questão do vocabulário já havia sido acolhida e o inventário e a documentação, pensados para todo o Sistema Cultural do Exército, já estavam sendo considerados, iniciou-se o processo de revisão das fichas físicas do museu que sediaria o teste do Tainacan.

A documentação museológica é o conjunto de informações sobre cada um dos itens que compõem o acervo museológico. Estas informações, através de palavras e imagens, representam cada um destes itens. Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação da informação que transforma os acervos museológicos em fontes de pesquisa científica e instrumentos de transmissão de conhecimento (FERREZ, 1994).

O MHEX-FC passou por vários processos de digitalização das suas fichas de catalogação (Figura 02) dos bens culturais, entretanto, até o momento, nenhum foi completo ou continuado, de forma que a recuperação da informação era majoritariamente feita manualmente.

Processo de Fotografia do acervo

Como muitas instituições brasileiras o processo de fotografia do acervo do MHEX-FC nunca havia se beneficiado de uma metodologia que permite-se a digitalização com qualidade e utilizando parâmetros adequados ao uso das imagens para espaços culturais. A fotografia dos bens culturais desta instituição havia até os meados do ano de 2019 apenas contado com ações pontuais. De forma que, com a implementação do Projeto Tainacan, foi perceptível a urgência de dar início ao processo.

No mesmo ano, foram selecionados alguns militares (cabos e soldados) para atuar diretamente nesta fase do projeto. A equipe de comunicação social do MHEX-FC instruiu-os na utilização da câmara profissional, ao mesmo tempo que a equipe de Museologia da DPHCEX e do MHEX-FC padronizou o procedimento utilizando a normativa em vigência. Dentre as ações atinentes foram implementados o uso da régua de cores, do fundo branco padrão, a fotografia de várias faces do bem cultural e a introdução da numeração do bem na imagem.

Ao manusear o bem cultural deve-se sempre priorizar a segurança e preservação do mesmo. Para tanto, recomendou-se: o uso de luvas, cujo tipo varia com a tipologia do objeto; no momento da digitalização, o objeto devia estar absolutamente estável sobre a superfície ou afixado ao trainel ou parede; usar a câmera em um tripé, quando necessário, dando maior segurança ao equipamento; se bidimensional, a fotografia do objeto deveria ser realizada em frente em um ângulo de 45°; e se tridimensional, além da foto completa, inclui-se os *close-up* das marcas ou características significativas.

Os resultados presentes permitirão inicialmente, a disponibilização das imagens para o público. Compreende-se que este processo teria resultados melhores, caso fosse implementado um estúdio de fotografia, entretanto, por enquanto, tal medida ainda não é possível.

Próximos passos do projeto

A implementação em si do projeto Tainacan no EB não se limita ao estudo de caso do MHEX-FC aqui apresentado. Para além das atividades apresentadas, foi ainda realizada a elaboração de conteúdo pra a página eletrônica do Tainacan. Durante esta fase, ficou claro que os procedimentos de inclusão das outras coleções deve ser feito de forma faseada, visando o bom andamento do projeto.

Superados os desafios de catalogação e difusão, após um ano de testes e inovações no processo de implementação da ferramenta, o projeto está chegando a conclusão da sua fase piloto. Entretanto, novos desafios surgem com as novas etapas que abrangem a integração de mais acervos, consolidação e manutenção do suporte técnico, monitoramento para gestão de acesso e a sustentabilidade do projeto como um todo.

Durante a execução do projeto, foi concebido um planejamento de implementação do Tainacan nos mais de 150 Espaços Culturais do Exército Brasileiro, que por si só já é um desafio de grandes proporções. Compreende-se que o fator mais preocupante será a capacitação de militares sem formação na área cultural a manusear e compreender a relevância do Tainacan. Para tal, será elaborado uma série de vídeos de treinamento de uso da ferramenta, assim como um protocolo de validação das informações será incluso no procedimento cotidiano, visando assegurar a congruência da informação disponibilizada a sociedade.

Outros projetos acontecem em paralelo a implementação do Tainacan no EB, como a revisão sistemática da legislação, visando adequação da mesma a nova realidade. A aplicação de um sistema de informação integrando o patrimônio universitário em nível local, institucional ou nacional, favorece o acesso à memória, ao bem público e à construção de uma identidade, levando assim a valoração das coleções e conseqüentemente a sua preservação. Esse sistema viabiliza uma ferramenta multifuncional para o gerenciamento das coleções, agregando assim às políticas de preservação e difusão novas opções de uso.

Considerações Finais

Visualiza-se aqui por meio dos aprendizados vivenciados na implementação do projeto Tainacan no Museu Histórico do Exército/Forte de Copacabana que as políticas públicas no campo museal possibilitaram grandes avanços principalmente na prática da documentação com o uso de ferramentas sistêmicas para a catalogação e a difusão dos acervos musealizados.

Cuidar para que a memória seja preservada e perpetuada é o nosso desafio diário. É o que nos move, nos encanta e faz toda a diferença após um longo dia de trabalho. Esses bens culturais são memória e história da instituição, um direito de todo brasileiro. Coleções podem ser geridas de diversas formas. Abundantes são os aspectos subjetivos e quantitativos que podem interferir no método escolhido para gerenciamento. É sabido que a questão financeira e a escassez de pessoal qualificado contratado são os principais limitantes, mas até onde essas questões afetam diretamente a gestão? Como diminuir estes fatores é essencial para criar um ambiente de trabalho sustentável para o patrimônio, acredita-se que o Tainacan, possa com o tempo, sanar alguns desses problemas apresentados, senão em sua totalidade, parcialmente.

Com os esforços de melhoria e adequação às exigências relacionadas à gestão do patrimônio cultural, as ações que vem sendo implementadas para preservação, valorização e disseminação dos acervos. A forma como o trabalho da DPHCEX ampliou os horizontes da instituição como um todo, olhando não apenas para o acervo dos museus, mas incluindo todas as tipologias de espaços culturais, como sua função precípua, mas lançando também seu olhar sobre a questão do acervo público e suas necessidades de adequação às

políticas voltadas à gestão e a valorização da memória como forma de preservação e democratização dos bens culturais.

Analisando todas essas questões, vemos que bens protegidos estão se aproximando da sociedade como um todo, que deles se apropriam. E este é o caminho para a democratização dos bens culturais e para o efetivo exercício dos direitos culturais assegurados constitucionalmente a todos os brasileiros.

Frente à necessidade de preservação do patrimônio, da memória institucional e da democratização dos bens culturais, a DPHCEX tem um importante papel na produção e gestão cultural contemporânea proporcionando diversidade cultural, circulação de conhecimento, de arte, de produção simbólica como motor de sustentabilidade e mudanças na cidadania, promovendo a manutenção e gestão de bens culturais que remontam a uma época e contam um período da nossa história.

A breve análise aqui realizada teve a intenção de refletir e acrescentar propostas e aspectos que possam estar na pauta das discussões de profissionais de diversas áreas, aprimorando a organização, o controle e a gestão de um acervo, ampliando a difusão de informações sobre objetos e criando políticas públicas que viabilizem o acesso e a preservação do patrimônio público.

REFERÊNCIAS

ALVES, Juliana Rodrigues. Patrimônio: Gestão e Sistema de Informação. 2012. 143p. Dissertação (Mestrado): Programa Interunidades em Estética e História da Arte, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012

BALBI, Fernanda Menezes; ZENDRON, Patrícia; MARCELINO, Gustavo. O setor de acervos memoriais brasileiros e os dez anos de atuação do BNDES: uma avaliação a partir da metodologia do quadro lógico. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 1, n. 41, p. 7-67, jun. 2014.

BRASIL. Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. 2013b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm. Acesso em: 09 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Cultura. Bases para a Política Nacional de Museus: Memória e Cidadania. Brasília: MinC, 2003. 37p.

BRASIL. Ministério da Cultura. Política Nacional de Museus. NASCIMENTO, José do; CHAGAS, Mário de Souza (Org. e textos). Brasília: MinC, 2007. 184 p.

BRASIL. Portaria nº 1.030, de 11 de outubro de 2013a. Comandante do Exército, 11 out. 2013. Disponível em: <http://www.dphcex.eb.mil.br/images/Secoes/SPPC/EspacosCulturais/Legislacao/Aprova-as-Instrucoes-Gerais-EG-10-IG-01-009.pdf> Acesso em 28.09.2021 Acesso em: 09 dez. 2022.

BRASIL. Portaria nº 076-DECEX, de 29 de maio de 2014. Aprova as instruções reguladoras para criação, organização, funcionamento e extinção de Espaços Culturais (IR-EB60-IR-10.001). Disponível em: <http://www.dphcex.eb.mil.br/images/Secoes/SPPC/EspacosCulturais/Legislacao/Port076.pdf> Acesso em: 09 dez. 2022.

BRASIL. Portaria nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/111906.htm Acesso em: 09 dez. 2022.

BRASIL. Portaria nº 114, de 24 de novembro de 2004. Aprova as Normas para a preservação e difusão do patrimônio cultural do Exército Brasileiro. Disponível em: <http://www.dphcex.eb.mil.br/images/Secoes/SPPC/EspacosCulturais/Legislacao/NormasPatrimonio/Normas-de-Preservao-EB.pdf> Acesso em: 09 dez. 2022.

DORESTE, Gisele Vezú Ramos. Narrativa sobre a experiência com a gestão dos acervos da presidência da república (2005-2018). 2018. 71 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, Programa de Pós-Graduação em Arte-Ppg-Arte, Instituto de Artes da Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. Estudos de Museologia. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cadernos de Ensaios 2. Departamento de Promoção, 1994. p. 65-74.

FERREZ, Helena Dodd. Tesouro de Objetos do Patrimônio Cultural nos Museus Brasileiros. Prefeitura do Rio, Secretaria Municipal da Cultura. Produção Fazer Arte. 2016. Disponível em: <http://tesauromuseus.com.br/download/tesouro.pdf> Acesso em 09 dezembro 2022.

LIMA, Jéssica Tarine M. Políticas de Curadoria e Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia: uma análise comparativa das coleções de geologia e paleontologia relacionadas ao ambiente universitário no Brasil. Rio de Janeiro, 2021, 263 f. Defesa (Doutorado em Geologia) – Programa de Pós-graduação em Geologia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

MAGALHÃES, Aloísio. E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MARTINS, Dalton Lopes (org.). Acervos digitais nos museus: manual para realização de projetos. Instituto Brasileiro de Museus; Universidade Federal de Goiás. Brasília: Ibram, 2020. 140 p.

MARTINS, Dalton Lopes; SANTAREM, José Eduardo Segundo; SILVA, Marcel Ferrante; SIQUEIRA, Joyce. Repositório digital com o software livre Tainacan: revisão da ferramenta e exemplo de implantação na área cultural com a revista filme cultura. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. XVIII ENANCIB, 2017.

MARTINS, Dalton Lopes; SILVA, Marcel Ferrante; CARMO, Danielle do. Acervos em rede: perspectivas para as instituições culturais em tempos de cultura digital. Em Questão, Porto Alegre, v. 1, n. 24, p. 194-216, 2018.

MATOS, Alexandre Manuel Ribeiro. Os sistemas de informação na gestão de coleções museológicas: contribuições para a certificação de museus. 2007. 204 f. Tese (Mestrado em Museologia) – Faculdade de Letras Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio da Universidade do Porto, 2007.

- MONTEIRO, Juliana; BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell. Gestão integrada de acervos: questões contemporâneas. In: 2º SEMINÁRIO CIENTÍFICO: ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA, 2., 2011, São Paulo. Anais [...]. Marília: Unesp, 2011. p. 1-7.
- OLIVEIRA, Amanda de Almeida; FEITOSA, Alexandre César Avelino. A difusão digital nos museus IBRAM: A implantação do Projeto Tainacan. Revista Eletrônica Ventilando Acervos / Museu Victor Meirelles/IBRAM/MinC – v. especial, n. 1 (jul. 2021) – Florianópolis: MVM, 2021.
- PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Redes e sistemas de informação: interação e integração. Jornal das Bibliotecas, Rio de Janeiro, v.4, n.5, p.5, maio/jun. 1997.
- PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; GRANATO, Marcus. Para Pensar a Interdisciplinaridade na Preservação: algumas questões preliminares. In: Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva. (Org.). Preservação Documental: uma mensagem para o futuro. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2012, v. 1, p. 23-40.
- ROZA, Rodrigo Hipólito. Ciência da informação, tecnologia e sociedade. BIBLOS, v.32, n.2, p. 1777-190, jun 2019.
- SAYÃO, Luis Fernando. Repositórios digitais confiáveis para a preservação periódicos eletrônicos científicos. Ponto de Acesso, v.4, n.3, 2010, p.68-94.
- SERÓDIO, Conceição. Contributos para uma gestão integrada dos acervos nos museus portugueses. Mídas: Museus e estudos interdisciplinares, Portugal, v. 9, p. 1-10, 25 jan. 2018. Semestral.
- SOUSA, Lorena Rodrigues de. Processo de implantação de repositório institucional utilizando o software livre tainacan: aplicação na biblioteca do tribunal de contas do Distrito Federal. 2020. 47 f. Tese (Doutorado) - Curso de Biblioteconomia, Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- TOMAÉL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 8, 2007, Salvador. Anais eletrônicos. Salvador: EDUFBA, 2007.
- TORINO, Emanuelle. Políticas em repositórios digitais: das diretrizes à implementação. In: VECHIATO, Fernando *et al.* Repositórios digitais: teoria e prática. p. 91-114. Curitiba: EDUTFPR, 2017.